



## ST19. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA DA TRAMA AOS REGISTROS

1341

### RESPOSTA AO REPTO DO PATRIOTA

*Joana Neves<sup>1</sup>*

**Resumo:** Considerando o objetivo, proposto por este ST, de colocar em foco, entre outros aspectos, memórias de quem ensina história e levando em conta o percurso proposto: da “trama aos registros”, esta comunicação consiste, sobretudo, no resgate de um diálogo entre a autora e um dos seus saudosos colegas de Departamento, o professor Fernando Patriota. A temática desse diálogo, recorrente entre nós, era o ensino de história e seu foco principal a própria experiência de trabalho dos professores. Em um momento fundamental desse diálogo, Fernando Patriota, por meio de um repto, desafiou a colega mais velha a produzir um texto/um livro sobre o ensino de história, a partir da sua própria experiência que, então, somava quase 30 anos, como professora, e mais 15 anos como estudante. O trabalho aqui apresentado é resultado de uma primeira tentativa de organizar, de forma sistemática, os aportes da memória acionada pelo questionamento feito. Não é um texto novo, mas é completamente inédito e sua apresentação nesse XVI EE tem a intenção de reabrir, agora com novos interlocutores, o diálogo passado, impossível de ser retomado com o autor do desafio, que, infelizmente, nos deixou cedo demais, mas cuja lembrança é ainda capaz de fomentar instigantes reflexões sobre o que é **ser professor** de história.

**Palavras-chave:** Fernando Patriota. Ensino de História. Memória.

### PARTE I – EU E O ENSINO DE HISTÓRIA.

#### FORMAÇÃO INICIAL

A coisa que eu mais quis na vida foi aprender a ler; a segunda foi entrar na escola. Não foi bem nessa ordem: primeiro eu quis ir para a escola e depois eu quis aprender a ler, mas essa segunda vontade (na ordem cronológica) foi muito mais forte do que a primeira.

Vou contar. Quando criança, um pouco antes de fazer 7 anos, eu costumava brincar de “escolinha” com duas amigas, a Marlene e a Neuza (duas irmãs). A Marlene era mais velha do que eu e a Neuza um pouco mais nova; por ser mais velha, a Marlene

<sup>1</sup> Professora aposentada do DH/CCHLA – UFPB. Dra. em História Social, DH/FFLCH – USP. Associada à ANPUH/PB.

era a única que frequentava a escola e, por isso, na nossa brincadeira ela era sempre a professora. E ela era muito autoritária; a Neuza e eu não podíamos nem piscar e, pronto, castigo!

Nenhuma das duas sabia escrever, por isso o castigo não podia ser o célebre “copiar 100 vezes” este ou aquele texto, vai daí sempre sobrava algum desconforto físico: ficar de costas, de joelho, em silêncio (o que era mais penoso); bater ela não se atrevia, mas avisava que se fosse na escola de verdade nós levaríamos umas reguadas da professora ou de uma colega mais bem comportada que, como prêmio, recebia a “grata” tarefa de ajudar na “disciplina” da classe.

Apesar de um certo receio por causa dessa ameaça, eu morria de vontade de estar, também, na escola e, assim, na brincadeira, poder ocupar o lugar da professora e ser eu a castigar as duas indisciplinadas alunas.

Começou o ano de 1950; eu tinha feito 7 anos em outubro do ano anterior. Ah! eu podia ir para a escola. E lá se foi minha mãe (mais ansiosa do que eu e isso será matéria de um outro texto) atrás da minha matrícula no Grupo Escolar “Humberto Primo”. Mas ... tragédia! Não tinha vaga. Apesar da lei estabelecer 7 anos como a idade mínima para entrar na primeira série, a oferta de escolas não suportava a demanda e, segundo a diretora do grupo, eu só teria alguma chance quando estivesse lá pelos 10 anos.

Fiquei muito decepcionada. E, ainda por cima, mudamos de bairro e eu tive que desistir da ideia de, um dia, botar a Marlene de castigo, olhando para a parede.

Aí, dei sorte. No novo bairro – Vila Bela – havia uma escola particular, da colônia lituana (havia um grande número de famílias eslavas no bairro) cuja mensalidade era até acessível para uma família de operários como a minha. Lá se foi, às pressas, minha mãe e, por atacado, matriculou a mim, meu irmão mais novo e, um pouco mais tarde, meu sobrinho e duas outras irmãs mais novas, obtendo por isso um bom desconto no pagamento. Já era o meio do ano; a ideia era que nós nos acostumássemos com a escola para iniciar o aprendizado no ano seguinte.

Mas, a essas alturas minha vontade de aprender a ler era absolutamente imperativa; eu não pensava em outra coisa. Tudo por causa dos gibis do Max. Esse meu irmão era um voraz leitor de gibis (hoje ele é um voraz leitor de livros – e dos bons!) e como já trabalhava podia comprá-los em grande quantidade e lia-os, aos sábados, completamente absorvido, como se nada no mundo pudesse alcançá-lo, lá naquele encantado mundo de letras e de figuras, a não ser as próprias letras e figuras.

E eu ficava encantada com o encanto dele, morrendo de curiosidade e de vontade de participar também daquelas aventuras. Era isso que ler parecia ser, para mim, naquele momento: a possibilidade de uma pessoa aventurar-se por mundos diferentes e deslumbrantes. E lá ia eu para a Cartilha, ver se conseguia ler mais uma lição, além da que a professora havia marcado.

Eu ia rápido. Cada dia nós devíamos ler, para a professora (Dona Diva), uma lição; eu sempre sabia, pelo menos, mais quatro. Mas a professora me tolhia um pouco por causa do combinado com a minha mãe. Afinal, nós só íamos começar a aprender, mesmo, no ano seguinte.

Mas, dei sorte de novo. Trocamos de turno e de professora. A nova professora (Dona Rute) não sabia do acordo e exigia, de cada aluno, o máximo que podia dar. Resultado: acabei a cartilha e entrei no Primeiro Livro de Leitura junto com os alunos que tinham entrado no começo do ano. Passei de ano e aprendi a ler. Que MARAVILHA!!

O Max, com seus gibis, além de ser o inspirador da minha vontade de aprender ler o mais rápido possível, teve muito a ver com o fato de eu o ter conseguido. Cada nova palavra que aprendia, eu pegava jornal, revista ou qualquer texto e procurava por ela; à noite eu mostrava para o Max para ver se estava certo. Então ele me ensinou que, com as sílabas que eu conhecia, eu podia escrever outras palavras. Aí eu passava o dia inteiro montando palavras para conferir com ele à noite. Foi fácil!

Isso sem falar na Ana Lúcia. Ela era minha colega de carteira; era muito católica e estava no catecismo; adorava santinhos; eu tinha dois: uma Santa Lúcia (mas que sorte!) e outro nem me lembro mais qual era (acho que era um São Benedito). Troquei os dois pela explicação de como funcionavam os grupos q-u-e, q-u-i, q-u-o, g-u-e e g-u-i. Até hoje acho que foi o melhor negócio que fiz na vida, pois foi graças a essa explicação que eu pude alcançar a turma e entrar no livro junto com os mais adiantados.

Vale lembrar que eu já tinha feito 9 anos e era, portanto, bem mais amadurecida do que as crianças que fazem a primeira séria hoje. Pensando bem, acho que eu gostava da escola tradicional.

Do aprender a ler para a conclusão do Científico foi um pulinho.

Uns esclarecimentos.

Eu frequentei a escola, antes da primeira LDB (a de 1961). Estudei, portanto, ainda sob a organização da chamada Reforma Capanema (de 1943) que estruturou, no Brasil, o que nós hoje chamamos de ESCOLA TRADICIONAL – cheia de “defeitos”. Havia um sistema comum de educação, público, gratuito, realizado basicamente pelo estado. A educação era dividida em duas etapas: a Primária, com quatro anos, fornecida pelos Grupos Escolares, para crianças a partir dos 7 anos; e a Secundária, constituída por dois “ciclos”: o ciclo ginásial, com quatro anos e o ciclo colegial, com três anos, com os cursos Científico e Clássico.

As escolas que forneciam esses níveis de ensino eram os Ginásios e os Colégios; sendo que os Colégios, em geral, tinham também o curso ginásial. Para se ter acesso ao ginásio havia uma seleção – o exame de Admissão – feito após a conclusão do primário. Era muito comum as crianças frequentarem, geralmente, em cursinhos particulares, um quinto ano preparatório para esse exame; alguns grupos estaduais também forneciam esse quinto ano. As crianças diziam então: “estou no Admissão”. Coitadas, de todo modo teriam que passar pelo gargalo do exame que costumava excluir a grande maioria, transformando o ginásio já num curso de elite.

Do ginásial para o colegial não havia exame de seleção, mas havia uma classificação dos ingressantes por notas e muita gente ficava excluída.

Esse sistema era todo propedêutico: cada nível preparava para o outro. O Curso Primário, porém, tinha um certo sentido de terminalidade, sobretudo para os pobres, uma vez que, dadas as condições sociais e econômicas da sociedade brasileira, no início da segunda metade do século XX, desde que soubessem “ler, escrever e contar” (a

finalidade do curso primário), estariam já, suficientemente, preparados para o trabalho; vale dizer: para o trabalho manual – o destino inescapável da grande maioria.

Os outros dois níveis se destinavam apenas a preparar aqueles que “tinham boa cabeça para a escola”, isto é: aos **inteligentes** – ricos ou pobres – não importa, desde que dessem conta das exigências curriculares e que, assim, se qualificavam para, passando pelo Vestibular, frequentar um Curso Superior e se tornar DOUTOR.

Além desse sistema havia as diferentes formas de formação profissional. Os sistemas SENAI/SENAC que preparavam mão de obra para a indústria e para o comércio e os ginásios e colégios comerciais, particulares, que formavam profissionais para os setores de comércio e serviços, principalmente, Secretárias e Contadores.

O sistema público só possibilitava profissionalização no Curso Normal, que formava a Professora Primária e, em nível bem elementar, aos trabalhadores do campo, nos ginásios rurais. Os Institutos de Educação – dos quais as cidades do interior de São Paulo e os bairros da Capital que os possuíam se orgulhavam – forneciam todos os ciclos das chamadas educação primária e secundária; as classes do curso primário serviam de campos de estágios para as Normalistas que, por sua vez, namoravam os rapazes do Científico, para grande despeito das moças do Clássico e, principalmente, das poucas gatas pingadas do próprio Científico.

Quando disse que da conclusão do Primário (quando a gente recebia um **diploma**) para o Científico foi um “pulinho”, deixei de esclarecer que, na verdade tive mesmo que saltar quatro obstáculos: uma segunda época em Latim, na terceira série do Ginásio, segunda época em Física e Química no segundo Colegial e segunda época em Matemática, no terceiro Colegial. Em compensação, nas duas pontas: o exame de Admissão e o Vestibular foram “sopa”. Fiz cursinho concentrado – de um ou dois meses – para o exame de admissão e nenhum para o vestibular; entrei direto, como se dizia. No admissão fui a primeira da turma (média 8,6 – um décimo a mais do que o Zé, meu irmão mais novo). No Vestibular não fui a primeira da nossa pequena turma de privilegiados (parece que foi a Dorothea Viviam da Glória Beisigel, uma grande e querida amiga, de cuja amizade desfruto até hoje), mas foi a seleção mais tranquila que fiz na vida. Só o que me atrapalhou um pouco foi o fato de ter que, na mesma época, estudar para a segunda época de Matemática, que, aliás, me preocupava mais do que o Vestibular.

É bom explicar essa tranquilidade. Nesse sistema tradicional de ensino, praticamente, não havia diferença entre as formas de avaliação pelas quais a gente passava no secundário e o exame para a entrada na Universidade. Nós tínhamos, desde o primário, mensalmente, em cada matéria, uma **sabatina**, isto é: uma prova escrita, que, a critério do professor, tinha um ponto sorteado ou incidia sobre toda a matéria dada no mês; quando havia ponto sorteado era, em geral, sinal de que a prova incluía toda a matéria estudada até aquele momento. Havia ainda três exames nos quais entravam sempre toda a matéria estudada: o parcial do meio do ano, o escrito final e o oral, no fim do ano. Para ser aprovado, o aluno tinha que ter média 5 em cada matéria; a segunda época era um exame que se fazia depois das férias- em fevereiro – nas matérias em que não se tinha alcançado essa média (vale dizer que não havia aulas ou cursinhos para esse exame; os alunos deviam estudar por conta própria ou, os que podiam pagar,

arrumar professor particular); ela só podia ser feita no máximo em duas matérias e se a média geral fosse 5. Menos de 5 em três matérias ou menos de 5 no conjunto: reprovação direta. Dois anos de reprovação na mesma série, na escola pública, jubilar! É bom lembrar que o currículo do Colegial era composto por 13 – TREZE – matérias!

Para quem tinha passado por esse processo o vestibular era muito fácil. Era específico por Curso, com provas em um pequeno número de disciplinas, diretamente ligadas a esse Curso. E as provas eram exatamente iguais às que a gente estava habituado a fazer, desde o primário: uma prova escrita e uma oral, por disciplina. Todas as disciplinas eram eliminatórias. Para ser aprovado era preciso ter, no mínimo, nota 4 em cada disciplina, mas com média 5 no conjunto.

Minha preparação para o Vestibular passou, apenas, pelos exames orais de História Geral e História do Brasil, no terceiro ano do Colegial e por um dia de leitura na Biblioteca “Mário de Andrade”.

Em tempo: eu havia me preparado para estudar. Um colega, Nelson Nieto, que também ia fazer o vestibular de História (aliás, fez e foi aprovado) me emprestou os livros do Malet Isaac, em espanhol (nós tínhamos aulas de Espanhol no segundo ano do Científico) e eu guardara, com todo cuidado, meu caderno do Ginásio, onde boa parte do programa do vestibular estava muito bem tratada. Mas, fiquei para segunda época em Matemática e tive que me dedicar àquelas malditas fórmulas da geometria analítica que não haviam me entrado na cabeça durante o ano todo.

A sorte me rondava nessa época da vida, pois, no exame oral, meu professor de História (um lindo homem, pelo qual as alunas suspiravam), sabendo que eu ia fazer o vestibular para o Curso de História (ah! já ia me esquecendo de dizer: na USP) se propôs a “tomar o meu pulso”. Seria assim: ele não sortearia um ponto, mas faria um exame geral dos meus conhecimentos. Isso significava que eu, provavelmente, abriria mão do meu costumeiro 10, baixando minha sempre elevada média final. Concordei e lá fiquei eu, uma meia hora (para espanto dos colegas que não imaginavam o que podia estar acontecendo – normalmente, meu exame oral não passava de uns três minutos) respondendo a tudo quanto é tipo de perguntas. Valeu a pena: tirei 7 em História Geral e 6 em História do Brasil e a conclusão autorizada do meu competente professor foi que eu não teria problemas no vestibular.

Resolvido o problema das Histórias Geral e do Brasil, apostando na facilidade do exame de Geografia (o que de fato ocorreu) e torcendo para que caísse um texto simples no exame de Inglês (a língua estrangeira que eu, equivocadamente, escolhi em vez do Francês), só faltava lidar com o Português – essas eram as matérias do Vestibular de História. O programa de Português era constituído por uma lista de 20 autores portugueses e brasileiros – os bem clássicos – (a prova escrita seria uma redação cujo tema era dado na hora). Os autores e suas obras eram a matéria para o oral. Sabia-se que o que importava mesmo era que a gente tivesse lido pelo menos uma obra de cada autor e tivesse algumas informações sobre as outras obras. De toda a lista eu só não tinha lido nada do último autor: Graça Aranha. E foi lendo obras do Graça Aranha que eu passei um dia todo na “Mário de Andrade”.

Deu tudo certo. Passei no Vestibular. Achei fácil, apesar de, em Inglês, ter tirado o mínimo exigido: 4. De todo modo, foi mais fácil do que a segunda época em Matemática que me consumiu, em estudo, todo o período de férias.

Pronto! Em março de 1962 comecei, na FFCL, depois FFLCH, da USP, o Curso que estabeleceu o curso da minha vida, e não apenas da profissional.

## 1. O Curso de História

Por que decidi fazer o Curso de História?

Por pura e simples curiosidade. Mas uma enooooooooorme CURIOSIDADE!!

Na escola, eu só me lembro de ter estudado história a partir da quarta série primária (ah! se eu tivesse guardado os cadernos ou os livros didáticos...). E era só história do Brasil – até onde me lembro, do descobrimento à proclamação da independência. Mas era estudo regular, sistemático; também até onde me lembro, não havia as célebres comemorações de datas cívicas, talvez, porque a escola era lituana. O estudo era ABSOLUTAMENTE tradicional: nome, fato, data, os quais os “inteligentes” aprendiam e os “burros” decoravam.

Segundo os professores de antigamente – os meus professores – só os pouco dotados de raciocínio é que precisavam **decorar**, os que tinham “boa cabeça” **aprendiam**; as diferenças consistiam na **retenção** da informação: os que apenas decoravam esqueceriam, no máximo, depois que passassem de ano; os que aprendiam o faziam “pro resto da vida”; e também no fato de que os primeiros só sabiam repetir a informação tal qual decoravam e os segundos sabiam transmiti-la com as “próprias palavras”. Essa segunda diferença era muito controversa: para alguns professores, independente de ser decorada ou aprendida a resposta tinha que ser exatamente igual ao texto dado. Embora eu fosse dos que aprendiam, nunca pude fazer o teste da retenção porque, na verdade, eu nunca mais parei de estudar história; quanto a dizer com as minhas próprias palavras – houvesse ouvidos – alguns colegas bem que gostariam de ter às mãos uma mordaca e, dependendo da tendência do professor eu podia tirar 10 ou zero.

No primário, apesar do caráter tradicional tanto dos conteúdos como da metodologia de ensino, a professora da terceira e quarta séries (Dona Jênia) pode ser considerada uma renovadora de mão cheia: não é que ela adotava, como forma de nos fazer fixar a matéria aprendida, a, atualmente, muito inovadora DRAMATIZAÇÃO?! Pois é. Me lembro muito bem de uma encenação sobre a Inconfidência Mineira. Eu representei a Dona Maria I, e confesso que, muito fiel ao meu personagem, tive muito gosto em mandar enforcar o Tiradentes. Tanto que minha condenação se antecipou ao processo. Logo que, depois de muita paciência, ouvi a notícia do mensageiro, que era gago (sim, a Dona Jênia já praticava a **inclusão**), ordenei: “enforquem o traidor”! Fui contida pelos protestos do Marquês de Barbacena e de D. Luiz de Vasconcelos que, desse modo, não teriam mais o que fazer na peça.

Mas nessa ocasião, meu grande contato com a narrativa histórica era doméstico. Meu pai e minha mãe eram grandes narradores e boa parte do nosso tempo era passado ouvindo um e outra contando “causos”. Minha mãe era especialista em “fatos reais”.

Em geral seus casos eram as histórias da família; um dos mais recorrentes era a do seu casamento com meu pai que ela só fez por obediência à mãe dela e por descaramento de um padre que concordou em casá-la antes dos dezesseis anos, contrariando o que havia sido tinha determinado por um Juiz. O meu pai também jurava que os casos contados por ele eram **reais**, só que, em geral, eram histórias de assombrações, mais especificamente, histórias de “almas penadas”, habitantes do purgatório, que voltavam, não exatamente para assombrar os vivos, mas, para pedir-lhes perdão por algum mal cometido ou solicitar que os vivos, amigos ou parentes, rezassem por ela ou pagassem alguma dívida ou reparassem algum erro dessa alma arrependida que, só assim, poderia ser salva do purgatório e ganhar o céu. O que eu achava mais interessante, na história dessas almas eram as **dívidas**. Não era metáfora, eram dívidas mesmo, materiais ou espirituais. A razão do meu interesse é que eram dívidas irrisórias: uma galinha, meia dúzia de ovos, uns tantos quantos “pai nosso e ave maria” devidos a algum santo; tudo coisinha pouca, coerente com a pobreza das comunidades do interior da Bahia, de onde meu pai tinha vindo à procura de trabalho nos ricos cafezais paulistas. Meu encantamento com as histórias era tal que eu as transformei em uma das atividades das “brincadeiras” do grupo de crianças do qual eu fazia parte. “Hoje, ou agora, vamos brincar de contar histórias”, decretava eu com a autoridade de ‘mais velha’ do grupo. Obviamente eu era a que sabia mais e mais longas histórias – lidas em um livro do Monteiro Lobato que, por sorte, havia aparecido em casa – para desespero dos ouvintes. Em todo caso, era tudo muito democrático: “acabou-se a história morreu a vitória, entrou por uma porta saiu pela outra, quem quiser que conte outra”. Todo mundo podia ser ator.

Algum tempo depois, já na minha adolescência o encantamento pelas histórias domésticas aumentou consideravelmente... O tio Domingos – irmão da minha mãe – veio morar conosco. Ele era um legítimo contador de histórias e sabia histórias... sem fim! Com ele, os “causos” ganharam status habelaisiano. Um dia escreverei sobre isso.

Para completar, o Nico e o Tião, meus irmãos mais velhos, gostavam de recitar, **de cor** (os dois se gabavam da extraordinária memória): o primeiro as poesias da literatura de cordel e o segundo os “pontos” da história do Brasil, aprendidos no pouquíssimo tempo que frequentara a escola primária.

Nunca me perguntei como o Nico obtinha aqueles livrinhos de onde ele tirava aquelas incríveis histórias, principalmente, as sobre o cangaço e os cangaceiros. Aliás, esse foi o meu primeiro contato com o bairrismo, que, de resto nunca aprovei. Pois, para meu irmão, nunca que o pernambucano Lampião podia ser considerado o “rei” do cangaço; só pensava isso quem não conhecesse o paulista Dioguinho, muito mais bravo e que, ainda por cima, tinha, uma certa vez, se acoitado no sítio da nossa avó materna, em Ribeirão Preto. Este sim, o maior cangaceiro que o país conheceu. Se o Dioguinho fosse pouco para fazer São Paulo ultrapassar o Nordeste em valentia, ele acrescentava, com muito gosto e bravata, o Antônio Silvino.

O Tião era considerado, desde que eu me entendi por gente, a pessoa mais inteligente da família; ele sabia de cor, e vivia “recitando”, com todos os detalhes, os principais “pontos” em que se organizava a história do Brasil, de acordo com os velhos programas tradicionais. Até onde me lembro a preferência dele era pelo descobrimento

do Brasil e pela história do Tiradentes. Contudo, apesar do texto sabido de cor (nunca salteado) ele não apreciava muito os personagens, sobretudo, o Tiradentes: um cara que não sabia escolher amigos e que achava que podia lutar só de boca, sem armas. Mereceu morrer.

A essas alturas eu já estava no curso ginásial. Nesses velhos bons tempos, a carga horária de história era a seguinte: duas aulas de história do Brasil, na primeira série; três aulas de história da América, na segunda; três aulas de história Geral: Antiga e Medieval, na terceira e quatro aulas na quarta série, sendo duas de história do Brasil e duas de história Geral: Moderna e Contemporânea.

Nunca tive problema com o aprendizado de história. Na primeira série, a grande dificuldade era que o professor era daqueles que queria, nas provas e nas chamadas orais, que as respostas às “perguntas” e os textos da “redação” (as duas partes da prova) fossem exatamente iguais ao que estava no livro. O principal crítico desse sistema era o meu pai. Ele mal sabia assinar o próprio nome, como se dizia, e sua crítica não provinha de nenhuma concepção pedagógica; sua restrição era de ordem econômica: porque gastar dinheiro comprando caderno para copiar o que já estava escrito no livro? Na época eu achava que isso era implicância de um pai um tanto quanto pão-duro que achava um desperdício uma menina-mulher, que já tinha tirado o diploma do grupo e já ia fazer treze anos, gastar tempo e dinheiro fazendo o curso ginásial – coisa boa, quando muito, para os meninos-homens – em vez de, obtendo uma carta do Juiz de menor, procurar um emprego em uma das fábricas que recrutavam mão de obra feminina e que se multiplicavam na capital paulista, nessa época, “a cidade que mais cresce na América Latina”. Quando me tornei professora, tive que reconhecer que ele estava coberto de razão e, agora, por motivos pedagógicos.

Felizmente, na segunda série, mais uma vez por um golpe de sorte, mudei de escola. A professora de história da América era bem “fraquinha”; ela dava aula consultando fichas, o que era considerado, pelos alunos, sinal de incompetência. Houve até uma tentativa de complô para esconder o fichário dela, só para ver se ela conseguiria dar aulas sem consulta. Alguns mais inconformados achavam que, já que a professora consultava fichas para dar aula, os alunos deveriam ter o direito de consultar o caderno ou o livro para fazer a prova. Uma vez professora, descobri que tanto a professora como os alunos estavam certos: a consulta a fichas e a textos/anotações, para dar aula e/ou para fazer prova, é um procedimento, perfeita e pedagogicamente, válido e correto.

Mas foi na terceira série que o ensino de história traçou e se tornou o meu destino. Mudou a professora e a nova – Dona Maria Aparecida de Castro – também consultava anotações, só que discretamente, mas, em contrapartida, ela era melhor narradora do que meu pai, minha mãe, meu tio e meus irmãos juntos. Eu, simplesmente, A-DO-RA-VA as aulas de história.

Nessas aulas, **ouvindo** a professora – a única prática didática era a, hoje em dia tão vilipendiada, **aula expositiva** – e anotando o esquema que ela escrevia na lousa e as informações mais importantes fornecidas ao longo do rico e detalhado relato, eu me dei conta de o quanto a humanidade era muito maior do que eu supunha. A cada aula, me sentia mais e mais fascinada por descobrir que eu podia conhecer a vida de tantas e tantas pessoas, que tinham vivido a milhares de anos, em muitos lugares do mundo.



Achava incrível saber nomes e ações praticadas por seres humanos, tão reais quanto as pessoas com as quais eu convivía, que tinham vivido muito, muito antes de eu própria existir, em lugares que eu só conhecia pelo mapa e que, de repente, se tornavam tão familiares quanto as ruas e praças que eu percorria.

Além do fascínio, acho que sentia até uma espécie de gratidão, dirigida nem sei direito a quem ou ao que tornava possível existir um passado imenso, povoado por um grande número de povos e, ainda por luxo, existir um meio de ter acesso a todos os acontecimentos vivenciados por eles. Em tempo, eu não realizava, ainda, os conceitos de **historiador** e de **historiografia**, mas também não cogitava de uma providência divina, autora dos destinos humanos. Logo que comecei o Curso de História, reinterpretando minha curiosidade ginásiana, cheguei à conclusão que ela se relacionava, ao mesmo tempo, a dois dos sentidos básicos da palavra **história**: o processo histórico e a ciência da história. Para coroar tudo isso, a história aprendida na escolar era, **comprovadamente, verdadeira**, o que, se não chegava a desqualificar os relatos domésticos rebaixava-os ao plano secundário do “mero” passa tempo.

Uma coisa me intrigava e instigava minha curiosidade em relação ao passado: o que tinha acontecido com os povos estudados, depois do fim do “ponto”. Isto é, por exemplo, o que havia se tornado a vida de egípcios, persas e gregos depois dos respectivos esplendor e decadência de suas portentosas civilizações? Vivia perguntado essas coisas para a professora; inicialmente, ela foi me indicando leituras. Passei a “demorar” os livros de Will Durand. Um dia, insistindo em uma dessas questões, ouvi da professora o seguinte: “para saber isso você terá que fazer o Curso de História”.

Então, pronto, está resolvido: vou estudar história!

Em nenhum momento pensei no meu futuro profissional. Eu tinha decidido **estudar** história; isso não significava que eu tivesse intenções de vir a ser **professora de história**. Esse desligamento entre a opção de estudo e uma possível atuação profissional foi uma grande irresponsabilidade da minha parte. Eu pertencia a uma família de operários que, devido a circunstâncias sócio econômicas muito favoráveis, podia se dar ao privilégio de manter os membros mais jovens da família na escola, no meu caso, sem trabalhar. Mas, para que isso valesse a pena, seria justo esperar que houvesse um retorno, também de natureza sócio econômica. Ou seja, o estudo deveria resultar em um trabalho mais qualificado e mais bem remunerado que promovesse a ascensão social do grupo. Eu sabia disso, até por que essa expectativa era formulada, explicitamente, por minha mãe. Mas, quando me bateu a tal curiosidade pela vida pregressa da humanidade – quase uma xeretice – eu me fiz de desentendida e deixei para resolver o problema da opção profissional no seu devido tempo, vale dizer, depois de ter concluído o curso superior. O doutorado que estava fazendo, no momento em que produzi esta narrativa, tem a ver com a incomensurável sorte que tive para encontrar a solução para este caso.

Minha média final de história, na terceira série ginásial, foi a segunda mais alta de todo meu histórico escolar secundário. A maior, foi a de História Natural, no terceiro colegial, que quase me desviou da rota intelectual traçada pela absorvente narrativa da professora do ginásio. Mas, o que teria sido se não tivesse sido o que foi não pertence ao

campo da história (viva a res gestae!); desse modo, consolidou-se a decisão tomada no ímpeto da espécie de repto proposto pela professora.

Conclusão:

Afinal, acabei mesmo fazendo o vestibular para o Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na USP, em 1962 e fui aprovada.

Logo no primeiro ano, aprendi com a professora Emília Viotti da Costa que ao me interessar por história, no curso ginásial, eu me deparara com os três sentidos da palavra: o processo histórico (a historia vivida), a ciência histórica (o estudo capaz de produzir o conhecimento sobre a história vivida) e a obra histórica (o relato dos conhecimentos produzidos).

No terceiro ano, nas incríveis aulas do Dr. Sérgio – o professor Sérgio Buarque de Holanda – descobri que a história do Brasil é a parte da história que, para nós, os brasileiros, é a que mais interessa conhecer. E o mais importante: aprendi a GOSTAR da história do Brasil.

No quarto ano, nas aulas de Prática de Ensino e, principalmente, no estágio supervisionado realizado no Colégio de Aplicação da USP, descobri que ensinar história seria a feliz consequência lógica do entusiasmo e da imensa curiosidade despertados na terceira série do Ginásio. Isso porque, é bom que se esclareça, esse estágio me botou em contato com o trabalho experimental de renovação que vinha sendo realizado no Colégio de Aplicação, nas classes do curso ginásial, nas quais História e Geografia, cada uma com uma professor específico, compunham a Área de Estudos Sociais. No Curso Colegial mantinha-se, ainda, o ensino “tradicional”, mas a professora com a qual estagiei era Maria de Lourdes Mônaco Janott – Dilu – que demonstrava, concretamente, o quanto esse ensino podia ser dotado de qualidade. Foi assim, aliás, que me dei conta de quanto a educação podia ser um campo riquíssimo para a atuação profissional.

Em 1966, recém-formada, me tornei professora de história, na Área de Estudos Sociais, no Sistema Público de Ensino Vocacional de São Paulo.

Em 1971, devido à ditadura, fui “expulsa” para o ensino superior. Inicialmente em Aquidauana, Mato Grosso, hoje, do Sul, e a partir de 1978, na UFPB, em João Pessoa/Paraíba.

Graças a essas experiência, me tornei quem sou.

Nunca imaginei que uma escolha decorrente de um arrebatamento juvenil pudesse dar tão certo.

Última observação: estes são os itens por meio dos quais pretendo completar a resposta ao repto do Patriota.